



Câmara Municipal de Colatina

Palácio Justiniano de Melo e Silva Neto
Estado do Espírito Santo

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E/ OU SERVIÇOS

Solicitantes: Luciane Cristina Gaboardi Fleischmann

Unidade: Diretor Geral

Data: 05/12/2019

Assunto: Contratação de empresa para fornecimento de água mineral e gás residencial

() MATERIAL

(X) CONSUMO

() SERVIÇO

() PERMANENTE

| ITEM | QUANT. | DISCRIMINAÇÃO | FINALIDADE |
|------|------------|---|------------|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. | Manutenção |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. | Manutenção |
| 03 | | | |
| 04 | | | |
| 05 | | | |
| 06 | | | |
| 07 | | | |

Justificativa da Aquisição e/ ou Serviços: O contrato com a empresa que presta o serviço de fornecimento de água mineral e gás residencial para a Câmara Municipal de Colatina acabará no dia 31 de dezembro de 2019. Assim sendo, será necessário fazer uma nova contratação. Uma vez que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

2. Descrição do local da execução dos serviços ou da entrega dos materiais: Os serviços serão executados nas dependências da Câmara Municipal de Colatina.

Assinatura do responsável pela solicitação: (nome, assinatura e carimbo dos responsáveis pela solicitação – se houver)

Carimbo e assinatura

4. Assinatura pela chefia: (nome, assinatura e carimbo do (a) Diretor (a) Geral e/ou Presidente)

Carimbo e assinatura

DESPACHO DO (A) DIRETOR (A) GERAL OU PRESIDÊNCIA:

5. Análise quanto pertinência de abertura processo, pelo (a) Diretor (a) ou Presidente:

(X) Deferido

() Indeferido

() Diligência, informar motivo:

Data: 05/12/19

Carimbo e assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
PROTOCOLO
Nº 603 Data 05/12/19
Funcionário
Luciana Seidel Dalla Bernardina
Assistente Legislativo
Matr./00498



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de galões de Água Mineral e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), com entrega parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

O contrato com a empresa que presta o serviço de fornecimento de água mineral e gás residencial para a Câmara Municipal de Colatina acabará no dia 31 de dezembro de 2019. Assim sendo, será necessário fazer uma nova contratação. Uma vez que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO |
|------|------------|--|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrafões de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. |

1

3.2. Os garrafões deverão:

- I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;
- II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;
- III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;
- IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

- I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;
- II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;
- III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;



Câmara Municipal de Colatina

Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

004
08

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2020, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir de 13 de janeiro de 2019 e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

2

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será 13 de janeiro 2020 a 31 de dezembro de 2020.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo



ORÇAMENTO

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO | V. UNIT. | TOTAL |
|-------|------------|--|----------|-------|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. | | |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. | | |
| TOTAL | | | | |

3

Data: ____/____/____

Validade da proposta: _____ dias

Assinatura/Carimbo



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

ode
[Signature]

ORÇAMENTO

| Item | Qtd. | Uni. | Descrição | V. Uni. | Total |
|-------|------|------|--|----------|-------------|
| 01 | 800 | Uni. | Água Mineral, em garrações de polietileno, com capacidade para 20 (vinte) litros, sem cavidades ou rebordos internos que possam reter bactérias ou outras impurezas nocivas à saúde humana (dentro das Normas mais atuais de Segurança e Higiene). | R\$ 6,98 | R\$ 5584,00 |
| 02 | 11 | Uni. | Botijas de gás residencial padrão P13 (GLP) | 63,99 | R\$ 703,89 |
| TOTAL | | | | | |

Validade da proposta: 60 dias
Data: 12/12/2019

3
10.565.152/0001-95

ROMILSON MARTINS LIMA ME

RUA CASTELO BRANCO, Nº 515 A TERREO

SANTOS DUMONT - COLATINA - ES

CEP: 29.706-447

Assinatura: [Signature]
Carimbo



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

ORÇAMENTO

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO | V. UNIT. | TOTAL |
|-------|------------|--|----------|----------|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. | 6.90 | 5.520,00 |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. | 62,00 | 682,00 |
| TOTAL | | | | 6.202,00 |

3

Data: 08/01/2020

Validade da proposta: 60 dias.

MAIRA LEIA COSTA SYLVESTRÉ
Assinatura/Carimbo

25.433.179/0001-00
DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS
COLATINA LTDA EPP
AV. FIORAVANTE ROSSI Nº 4795
HONÓRIO FRAGA - CEP: 29704-423
COLATINA - ES

| MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS | | | | | | | | | | Data: 09/01/2020 | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|--------|-------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------|-----------------|------------------------|-----------------|---|-----------------|----------------------------|--|--|--|
| Ficam aprovadas as compras dos materiais cujos preços estão assinalados | | | | | | | | | | Fornecedores | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | J.A. Netto Boxas Bar | | Bosi & Fregona LTDA ME | | Distribuidora de Agua e Gás Colatina LTDA EPP | | Romilson Martins Lima - ME | | | |
| Elaborado por: Cristiane Salume Marino | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Item | Descrição | Quant. | Unid. | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | Preço R\$ Unit. | Preço R\$ Total | | | | |
| 1 | Água Mineral 20 litros | 800 | un | R\$ 10,00 | R\$ 8.000,00 | R\$ 7,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6,90 | R\$ 5.520,00 | R\$ 6,98 | R\$ 5.584,00 | R\$ 6,98 | R\$ 5.584,00 | R\$ 6,98 | R\$ 5.584,00 | | | | |
| 2 | Botijás de gás residencial P13 (GLP) | 11 | un | R\$ 70,00 | R\$ 770,00 | não tem | não tem | R\$ 62,00 | R\$ 682,00 | R\$ 63,99 | R\$ 703,99 | R\$ 63,99 | R\$ 703,99 | R\$ 63,99 | R\$ 703,99 | | | | |
| Valor Total | | | | R\$ 8.770,00 | | R\$ 5.600,00 | | R\$ 6.202,00 | | R\$ 6.287,99 | | R\$ 6.287,99 | | | | | | | |
| Desconto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor Líquido | | | | R\$ 8.770,00 | | R\$ 5.600,00 | | R\$ 6.202,00 | | R\$ 6.287,99 | | R\$ 6.287,99 | | | | | | | |

| Fornecedores | Valor Total | Diferença |
|---|--------------|-----------|
| J.A. Netto Boxas Bar | R\$ 8.770,00 | |
| Bosi & Fregona LTDA ME | R\$ 5.600,00 | |
| Distribuidora de Água e Gás Colatina LTDA EPP | R\$ 6.202,00 | |
| Romilson Martins Lima - ME | R\$ 6.287,99 | |

Menor valor

030

011
8

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
Secretaria Municipal da Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO 20200000600

CERTIFICO: Para os devidos fins que:

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA - EPP

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 25.433.179/0001-00

Situada / Residente:

AV FIORAVANTE ROSSI 4795 , HONÓRIO FRAGA COLATINA , ES , CEP **29.704-423** .

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários ou não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Colatina. Esta certidão se refere exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito do Município de Colatina.

VALIDADE = 90(Noventa) dias

Chave de validação da certidão: 20200000600

Emitida Quinta-Feira, 09 de Janeiro de 2020

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

032



Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 5001192079

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 25.433.179/0001-00

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **09/01/2020**, válida até **08/04/2020**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 09 de Janeiro de 2020.

Autenticação eletrônica: **13293.0DAD.0D5EB**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA
CNPJ: 25.433.179/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:29:32 do dia 18/12/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/06/2020.

Código de controle da certidão: **37C4.519D.4702.D9A9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.433.179/0001-00

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTD

Endereço: AVENIDA FIORAVANTE ROSSI 4795 / HONORIO FRAGA / / / 29704-023

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/01/2020 a 04/02/2020

Certificação Número: 2020010609442108670568

Informação obtida em 09/01/2020 14:27:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 25.433.179/0001-00

Certidão nº: 890683/2020

Expedição: 09/01/2020, às 14:14:08

Validade: 06/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.433.179/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
25.433.179/0001-00
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
09/08/2016

NOME EMPRESARIAL
DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
COLATINA GAS

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV FIORAVANTE ROSSI

NÚMERO
4795

COMPLEMENTO

CEP
29.704-423

BAIRRO/DISTRITO
HONORIO FRAGA

MUNICÍPIO
COLATINA

UF
ES

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ANDERSON@SRC.CNT.BR

TELEFONE
(27) 2721-2691/ (27) 3723-1750

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/08/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/01/2020 às 14:13:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

017

DECLARAÇÃO

Ref.: Dispensa de Licitação

DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS COLATINA LTDA EPP, inscrito no CNPJ nº25.433.179/0001-00, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.^a(a) MARIA LEIA COSTA SYLVESTRE, portador (a) da Carteira de Identidade nº 705386 SPTC ES e do CPF nº 778.823.267-04, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Colatina, 09 de Janeiro de 2020.

Maria Leia Costa Sylvestre

25.433.179/0001-00
DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS
COLATINA LTDA EPP
AV. FIORAVANTE ROSSI N° 4795
HONÓRIO FRAGA - CEP:29704-423
COLATINA - ES



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Colatina

Autorizo na forma legal
Col., 09/01/20
PRESIDENTE DA CÂMARA


Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E DE BOTIJAS DE GÁS RESIDENCIAL COMUM P13 (GLP), PARA CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Venho por meio deste solicitar a V. Ex.^a, autorização para **abertura de procedimento de justificação de dispensa de licitação**, objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de 800 (oitocentos) galões de Água Mineral, garrações de 20 Litros e de 11 (onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020.

O contrato com a empresa que presta o serviço de fornecimento de água mineral e gás residencial para a Câmara Municipal de Colatina acabará no dia 31 de dezembro de 2019. Assim sendo, será necessário fazer uma nova contratação. Uma vez que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

Diante desta necessidade, segue, em anexo, quatro orçamentos e o mapa de apuração, sendo que quem apresentou o menor preço foi a empresa **DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS COLATINA LTDA**, no valor correspondente a **R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais)**, justificando a dispensa de licitação, nos termos, do art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Respeitosamente,


LUCIANE CRISTINA GABOARDI FLEISCHMANN
Diretor Geral



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

019

Ao
Setor de Contabilidade

Solicito ao setor competente informar se há dotação orçamentária e qual elemento da despesa no orçamento da Câmara Municipal para contratação de empresa para fornecimento de água mineral e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), para consumo da Câmara Municipal de Colatina, no valor total de R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais), para o exercício financeiro de 2020.

N. Termos.

P. Deferimento.

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020.

CRISTIANE SALUME MARINO
Chefe do Setor de Licitação e Contratos



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

Colatina, 09 de janeiro de 2020

Conforme solicitação do chefe do setor de licitação e contratos sobre " a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral e de botijas de gás residencial comum para Câmara Municipal de Colatina no valor de R\$ 6.202,00 (Seis mil, duzentos e dois reais) " informamos que o saldo da dotação **31.90.30.0000 – Material de Consumo** para o exercício de 2020 até a presente data é de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) conforme Orçamento aprovado através da Lei nº 6.656 de 28/12/2019.

Unidade orçamentária – 001001

Função – 01

Órgão - 001

Subfunção – 031

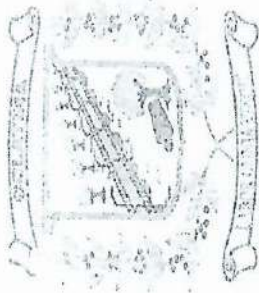
Programa – 0029

Projeto Atividade - 2001

Elemento da despesa –33.90.30.00000 – Material de Consumo

Sem mais

Maria Margareth Bergamaschi
CRC - ES 014072/0-1



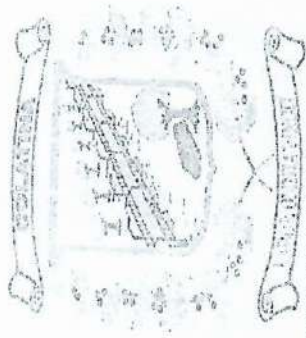
Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

| ORÇAMENTO PROPOSTO PARA O EXERCÍCIO DE 2020 | | | |
|---|--|-------|--------------------------|
| ÓRGÃO | DESCRIÇÃO | FICHA | VALOR PRESIDENCIA E MESA |
| 001 - CÂMARA MUNICIPAL | | | |
| UNIDADE -001 - CÂMARA MUNICIPAL | | | |
| 001001.0103100292.001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL | | | |
| 31900500000 | Outros Benefícios Previdenciários do Servidor | 00001 | 5.000,00 |
| 31901100000 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 00002 | 4.770.000,00 |
| 31901300000 | Obrigações Patronais * | 00003 | 971.000,00 |
| 31909100000 | Setenças Judiciais | 00004 | 500,00 |
| 31909200000 | Despesas de Exercícios Anteriores | 00005 | 1.000,00 |
| 31901400000 | Diárias - Pessoal Civil | 00006 | 500,00 |
| 31903000000 | Material de Consumo | 00007 | 65.000,00 |
| 31903300000 | Passagens e Despesas com Locomoção | 00008 | 500,00 |
| 33903500000 | Serviços de Consultoria | 00009 | 500,00 |
| 33903600000 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 00010 | 1.000,00 |
| 33903900000 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 00011 | 1.840.000,00 |
| 33904000000 | Serviços de Tecnologia da Informação | 00012 | 360.000,00 |
| 33909200000 | Despesas de Exercícios Anteriores | 00013 | 1.000,00 |
| 33913900000 | Outros Serviços de Terceiros - Intraorçamentário | 00014 | 4.500,00 |
| 44905100000 | Obras e Instalações | 00015 | 343.000,00 |
| 44905200000 | Equipamento e Material Permanente | 00016 | 70.600,00 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | | 8.434.100,00 |
| 001001.0103100292.235 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL | | | |
| 33901400000 | Diárias - Pessoal Civil | 00017 | 90.000,00 |
| 31903300000 | Passagens e Despesas com Locomoção | 00018 | 70.000,00 |
| 33903900000 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 00019 | 30.000,00 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | | 190.000,00 |

gpo

2

022



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

| | | |
|--|---|--------------|
| 001001.0113100292.002 - MANUTENÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DE INFORMAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL | | |
| 33904000000 | Serviços de Tecnologia da Informação | 00020 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | 70.000,00 |
| 001001.2884600300.001 - BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS A INATIVOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL | | |
| 31901100000 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 00031 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | 175.000,00 |
| 001001.2884600300.002 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS E PRECATÓRIOS JUDICIAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL | | |
| 31909100000 | Sentenças Judiciais | 00022 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | 500,00 |
| 001001.2884600300.003 - BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS A PENSIONISTAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL | | |
| 31901100000 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 00023 |
| | TOTAL DO PROJETO ATIVIDADE | 350.000,00 |
| | TOTAL ORÇAMENTÁRIO | |
| | TOTAL INTRAORÇAMENTÁRIO | 9.215.100,00 |
| | | 4.500,00 |
| | TOTAL GERAL | 9.219.600,00 |

4/2015

[Handwritten signature]

022



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2020

CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL (20 LITROS) E BOTIJA DE GÁS P13.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.314.251/0001-05, com sede na Rua Professor Arnaldo de Vasconcelos Costa, nº. 32, Centro, Colatina-ES, neste ato representado por seu Presidente, Vereador Eliesio Braz Bolzani, brasileiro, casado, portador do CPF nº.997.695.227-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, nº. XX, Bairro, cidade/ES, CEP.: XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pela XXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade Nº XXXX e CPF Nº XXXXXXXXXXXX - doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem na forma da proposta apresentada firmar o presente contrato decorrente do Processo Administrativo Nº 603/2019, que reger-se-á na forma das seguintes Cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecer 800 galões de água mineral natural (20 litros) e 11 (onze) botijas de gás P13, com entrega parcelada, para atender a CONTRATANTE, no exercício financeiro de 2020, conforme especificações contidas no ANEXO I deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento dos serviços se fará diretamente nas dependências da CONTRATADA, mediante requisição de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

| Item | Qtd | Unid | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
|-------------|-----|--------|--|----------------|--------------|
| 01 | 800 | GL | Água mineral natural, acondicionada em garrafão de 20 litros | R\$ 6,90 | R\$ 5.520,00 |
| 02 | 11 | Botija | Gás P13 | R\$62,00 | R\$ 682,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$6.202,00 |

3.1. Nos preços já estão incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive os impostos.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

024
8

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dar-se-á até o dia 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente, com a apresentação da Nota Fiscal pela Contratada, acompanhada pelas certidões negativas municipal, estadual e federal; e FGTS;

4.2 – O pagamento será efetuado mensalmente em cheque nominal à CONTRATADA no prazo do vencimento acima descrito, ficando desobrigado a CONTRATANTE do referido prazo se a contratada não apresentar as referidas notas fiscais em tempo hábil para o referido pagamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento da Câmara Municipal de Colatina, para o exercício de 2020 - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 0101.0103100292.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará de **13 de janeiro até 31 de dezembro de 2020.**

6.2 – O prazo de início da entrega dos bens é a partir do segundo dia da formalização da contratação, em remessa parcelada, na sede do Poder Legislativo Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA CONTRATADA.

7.1 – Cópia da cédula de identidade e CPF;

7.2 - Contrato social vigente devidamente registrado;

7.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5 – Certidões negativas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

7.6 – Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND;

7.7 – Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados em cópia autenticada em cartório;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

8.1.1 – Solicitar, pelo telefone, quando necessário, a água e o gás.

8.1.2- Alocar recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição dos serviços pagando a CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste contrato;

8.1.3 - Designar um servidor responsável para acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.1.4 - Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, objeto deste contrato;

8.2 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 - Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas na habilitação, quais sejam: em dia com os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, de acidente de trabalho, fiscais e dos tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre a execução do CONTRATO;

8.2.2 - Prestar os serviços nas condições e preços contratados e imediatamente quando requisitado pela CONTRATANTE;

8.2.3 - Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, Notas Fiscais apontadas pela Câmara Municipal de Colatina quanto à execução dos serviços.

9. CLÁUSULA NONA - DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos em Lei, sempre através de termos aditivos, nos casos permitidos na Lei nº. 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para a rescisão:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- c) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) A sub-contratação total ou parcial dos objetos, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução;
- f) A decretação de falência;
- g) A dissolução da sociedade;
- h) A alteração social ou modificação da finalidade da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que se refere este contrato;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

026
88

- j) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheque sem suficiente provisão, que caracterizam estado de insolvência da CONTRATADA;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias de pagamento devidos pela administração decorrentes dos bens já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido pelas ocorrências das demais situações previstas na Lei nº. 8.666, de 21-06-1993.

10.4 - A decisão da Autoridade Administrativa deverá ser precedida de justificativa fundamentada, bem como a notificação da CONTRATADA, oferecendo prazo compatível para regularização e reparação da irregularidade se for o caso;

10.5 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" do item 10.2 do presente;

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- b) Judicial.

4

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Durante a execução do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de descumprimento do contrato;
- c) Suspensão para contratar com a administração;
- d) Declaração de idoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;
- e) Rescisão contratual.

11.2 - Antes de aplicar qualquer das penalidades a CONTRATADA será notificada, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - A multa prevista na alínea "b", item 11.1 será incidente sobre o valor integral da fatura mensal apresentada, sem prejuízos das demais penalidades previstas neste contrato.

11.4 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, as pessoas empresariais que em razão da Lei 8.666/93:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar o presente contrato;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E-mail: pregao@camaracolatina.es.gov.br
COLATINA-ES

CEP.: 29.700-220

TELFAX: 27.3722-3444



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

028

12.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Colatina-ES, para dirimir as questões relativamente ao presente contrato que não possam ser resolvidas por meios administrativos.

12.2 - E por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Colatina- ES, XX de janeiro de 2020.

ELIESIO BRAZ BOLZANI
CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
EMPRESA
CONTRATADA

5



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de galões de Água Mineral e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), com entrega parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

O contrato com a empresa que presta o serviço de fornecimento de água mineral e gás residencial para a Câmara Municipal de Colatina acabará no dia 31 de dezembro de 2019. Assim sendo, será necessário fazer uma nova contratação. Uma vez que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO |
|------|------------|--|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrafões de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. |

3.2. Os garrafões deverão:

- I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;
- II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;
- III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;
- IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

- I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;
- II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;
- III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

029

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dar-se-á até o dia 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente, com a apresentação da Nota Fiscal pela Contratada, acompanhada pelas certidões negativas municipal, estadual e federal; e FGTS;

4.2 – O pagamento será efetuado mensalmente em cheque nominal à CONTRATADA no prazo do vencimento acima descrito, ficando desobrigado a CONTRATANTE do referido prazo se a contratada não apresentar as referidas notas fiscais em tempo hábil para o referido pagamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento da Câmara Municipal de Colatina, para o exercício de 2020 - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 0101.0103100292.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará de **13 de janeiro até 31 de dezembro de 2020.**

6.2 – O prazo de início da entrega dos bens é a partir do segundo dia da formalização da contratação, em remessa parcelada, na sede do Poder Legislativo Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA CONTRATADA.

7.1 – Cópia da cédula de identidade e CPF;

7.2 - Contrato social vigente devidamente registrado;

7.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5 – Certidões negativas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

7.6 – Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND;

7.7 – Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados em cópia autenticada em cartório;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

030

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2020, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir de 13 de janeiro de 2020 e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

7

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será 13 de janeiro 2020 a 31 de dezembro de 2020.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

034
8

A

Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Colatina

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E DE BOTIJAS DE GÁS RESIDENCIAL COMUM P13 (GLP), PARA CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Solicito análise do processo, da minuta do contrato e parecer acerca da possibilidade de Contratação de empresa para fornecimento de Água Mineral e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **de forma parcelada**, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, conforme autorização da Presidência da Câmara Municipal, em anexo.

N. Termos.

P. Deferimento.

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020.

CRISTIANE SALUME MARINO
Chefe do Setor de Licitação e Contratos



032

PARECER JURÍDICO

Processo nº 603/2019

Da: Procuradoria Jurídica

À: Chefe de Serviços de Licitação e Contratos

Assunto: Análise da Minuta do Contrato e análise da contratação de empresa para fornecimento de 800 (oitocentos) galões Água Mineral, garrações de 20 (vinte) litros e de 11 (onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020. Contratação Direta. Legalidade. Análise da Minuta do Contrato.

1. DO RELATÓRIO

1.1. DOS FATOS

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico da Chefe do Setor de Licitações da Câmara Municipal de Colatina – ES, Sra. Cristiane Salume Marino, de análise da Minuta do Contrato e análise do procedimento de dispensa de licitação para contratação de empresa para fornecimento de 800 (oitocentos) galões Água Mineral, garrações de 20 (vinte) litros e de 11

BPM



033

(onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais).

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DA PROCURADORIA JURÍDICA

Esta Procuradoria Jurídica possui inúmeras atribuições legais, conforme se observa na Lei Municipal nº 5.752, de 05 de agosto de 2011 que dispõe sobre a reestruturação do plano de carreiras, cargos e salários do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Colatina.

A Lei Municipal nº 6.044, de 11 de dezembro de 2013 ao dispor sobre alterações na Lei Municipal nº 5.752, deu nova redação à Unidade Jurídica atribuindo ao Procurador Jurídico dentre outras funções, a de opinar previamente sobre contratos em que seja parte a Câmara Municipal de Colatina, e ainda sobre as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, senão vejamos a redação legal:

IV - UNIDADE JURÍDICA

I - PROCURADOR JURÍDICO

ATRIBUIÇÕES TÍPICAS

- Estabelecer uniformidade de interpretação das leis e das questões jurídicas;
- Examinar e opinar previamente sobre minutas dos editais de licitação, de concursos para provimento de cargos, dos contratos, acordos, convênios, ajustes e quaisquer atos obrigacionais, inclusive aditamentos em que for parte a Câmara Municipal de Colatina;
- manifestar-se sobre a caracterização de hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação; (grifei)

O art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determina expressamente em seu texto:

BHL



034

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifei)

Dessa forma, a Procuradoria possui a atribuição legal de opinar previamente, por meio de "Parecer Jurídico" sobre contratos em que seja parte esta Casa de Leis, bem como em relação às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

1.3. DOS LIMITES DA PROCURADORIA JURÍDICA NA ANÁLISE DA MATÉRIA

O presente parecer jurídico tem por finalidade auxiliar o gestor público no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ele envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

A função do procurador jurídico, portanto, é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade administrativa, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante destacar que o exame do presente processo administrativo de licitação se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parto da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração Pública, observando as condições e os requisitos legalmente exigidos.

[Handwritten signature]



035

Por isso, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo administrativo, inclusive quanto à efetiva realização do serviço bem como à veracidade das informações apresentadas, tenham sido regularmente determinadas/obtidas pelo (s) Setor (es) competente da Câmara Municipal de Colatina/ES, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Em relação ao prazo para a Procuradoria emitir o parecer jurídico em procedimentos administrativos, destaque-se que o **art. 10 da Instrução Normativa Sistema Jurídico – SJU nº 001/2018** aprovada em 01/08/2018 por meio da Portaria nº 061/2018 prescreveu o prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período caso necessário, *in verbis*:

Art. 10 No âmbito administrativo, o prazo para a Procuradoria Jurídica de manifestar em procedimentos administrativos é de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período caso necessário.

Finalmente, deve-se frisar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança do próprio gestor público a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Recebi para emissão de Parecer Jurídico na data de **09 de janeiro de 2020**.

É o **Relatório** necessário. Passo a análise do caso com os fundamentos de fato e de direito bem como a devida conclusão.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Verifica-se, nos autos do procedimento administrativo, a solicitação de dispensa de licitação da Diretora Geral da Câmara Municipal de Colatina/ES, Sra. Luciane Cristina Gaboardi Fleischmann. Existe autorização do Presidente da Câmara Municipal para abertura

BM



036

do procedimento de justificação de dispensa de licitação. Há dotação orçamentária suficiente para a realização da referida despesa, conforme informou o Setor responsável.

Presentes também 04 (quatro) orçamentos detalhados em relação aos objetos a serem contratados, sendo que o orçamento da empresa **J.A. NETTO BOXAS BAR** é no valor de **R\$ 8.770,00 (oito mil, setecentos e setenta reais)**.

O orçamento da empresa **BOSI & FREGONA LTDA - ME** é no valor de **R\$. 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)**.

O orçamento da empresa **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA - EPP** é no valor de **R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais)**.

O orçamento da empresa **ROMILSON MARTINS LIMA - ME** é no valor de **R\$ 6.287,99 (seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos)**.

Dessa forma, a empresa que possui o menor valor total para os objetos relacionados no contrato da Câmara Municipal de Colatina/ES é a empresa **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA - EPP**, no valor de **R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais)**.

2.1. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA

Como cediço, a licitação é regra que deve ser observada pela Administração Pública, à luz do que dispõe o art. 37, XXI, da CF/88, sendo excepcionais os casos de sua não realização, conforme autoriza a legislação. Em outras palavras, a não realização de licitação somente pode ser feita nas hipóteses expressamente previstas em lei. A respeito do tema dispõe o **art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, in verbis**:

Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

B. M.



034

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Nas palavras do professor **Rafael Carvalho Rezende Oliveira** (*Licitações e contratos administrativos – 4ª. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, pág. 54*) sobre os casos de dispensa de licitação:

"As hipóteses de dispensa de licitação estão consagradas no art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para se atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

É importante notar que as hipóteses de dispensa de licitação representam exceções à regra constitucional da licitação, permitidas pelo art. 37, XXI, da CRFB ("ressalvados os casos especificados na legislação"). O legislador autoriza o administrador a dispensar, por razões de conveniência e oportunidade, a licitação e proceder à contratação direta." (grifei)

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui diversos julgados que tratam das hipóteses de licitação dispensável previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, vejamos:

Consulte, nas contratações em que seja aplicável a hipótese de dispensa de licitação, o maior número de possível de propostas de potenciais interessados, de modo a aperfeiçoar parâmetros de comparação quanto à escolha do fornecedor, do objeto a ser executado e à razoabilidade dos preços cotados. (**Acórdão 21/2006 Segunda Câmara**)

Proceda de forma correta as dispensas de licitações, cumprindo as exigências dos normativos que regem seu procedimento, descrevendo de forma clara o seu objeto, em especial o disposto nos arts. 17, 24, 25 e 26 da Lei 8.666/1993. (**Acórdão 97/2010 Segunda Câmara (Relação)**)

Promova licitação para aquisição de bens ou prestação de serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei

PAI



038

nº 8.666/1993, o que caracteriza fuga ao procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XX I, da Constituição Federal c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 2387/2007 Plenário)

Realize planejamento de compras a fim de que possam ser feitas aquisições de produtos de mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimativa da totalidade do valor a ser adquirido, abstendo-se de utilizar, nesses casos, o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 para justificar a dispensa de licitação, por se caracterizar fracionamento de despesa. Acórdão 367/2010 Segunda Câmara (Relação)

Portanto, enquadrando-se os objetos nas condições impostas pela alínea II do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é possível a contratação direta por dispensa de licitação. A pequena relevância econômica da contratação não justifica gasto de tempo e de recursos públicos com uma licitação "comum".

De qualquer modo, a contratação direta deverá sempre respeitar o procedimento especial previsto na própria lei de licitações, em seu **artigo 26**.

2.2. DAS CERTIDÕES E DOCUMENTOS LEGALMENTE EXIGIDOS

Observa-se, a presença, nos autos deste procedimento administrativo, das **certidões** e **documentos** exigidos pela legislação pátria que rege o processo de licitações e contratos (Lei nº 8.666/93), em atenção aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da boa fé, e outros que norteiam e informam o tema das licitações.

Presente ainda a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, na forma dos arts. 27, IV e V, e 29 da Lei 8.666/1993. Em relação à CNDT, importante registrar a doutrina de **Ricardo Alexandre e João de Deus** (*Direito administrativo – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017, pág. 298*) que com propriedade leciona sobre o tema:

"A comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho pode ser feita tanto por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT, prevista no art. 642-A da CLT) quanto pela apresentação da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa (prevista

Bell



no art. 642-A, § 2º, da CLT). Neste último caso, existem débitos (por isso a certidão é positiva), mas eles estão com a exigibilidade suspensa ou garantidos por penhora suficiente, não fazendo sentido estabelecer restrições ao interessado (daí a certidão possuir "os mesmos efeitos" de uma certidão negativa)." (grifei)

Ainda sobre a exigência legal de apresentação da CNDT, com o brilhantismo de sempre, ensina o jurista **José dos Santos Carvalho Filho** (*Manual de direito administrativo – 33. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2019, págs. 436/437*):

"Outro requisito a ser cumprido pelo licitante reside na comprovação de inexistência de débitos não solvidos perante a Justiça do Trabalho. Para tanto, deve apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo mesmo ramo do Judiciário. É válido também apresentar Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, quando o débito estiver garantido por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, caso em que terá os mesmos efeitos da primeira (art. 29, V, Estatuto). O escopo desse requisito, de caráter protetivo, é o de alijar dos certames públicos a sociedade que, indevidamente, descumpriu suas obrigações trabalhistas e causou gravame a seus empregados. Sem as certidões, a presunção é a de inidoneidade do participante." (grifei)

Verifica-se também a existência da **declaração da empresa de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos.**

A comprovação do cumprimento desta exigência, na prática, é feita mediante a apresentação de simples declaração pelo licitante no sentido de que a pessoa observa o comando constitucional nos termos do **art. 1.º do Decreto 4.358/2002**, que regulamenta o **art. 27, V, da Lei de Licitações**.

Vejamos a redação dos **arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93** que estabelecem a exigência de apresentação de documentos aos interessados em contratar com a Administração Pública, *verbatim*:



040

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Por sua vez a redação contida no **Decreto nº 4.358**, de 5 de setembro de 2002, que regulamentou a Lei nº 9.854/1999 determina, *verbo ad verbum*:

DECRETO Nº 4.358, DE 5 DE SETEMBRO DE 2002.

Regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O cumprimento da exigência de que trata o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dar-se-á por intermédio de declaração firmada pelo licitante nos termos dos modelos anexos a este Decreto.

Art. 2º Os Ministérios do Trabalho e Emprego e do Planejamento, Orçamento e Gestão adotarão procedimentos necessários para disponibilizar aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal informações relativas às autuações efetuadas em função do uso de mão-de-obra infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

BA



02/1

2.3. DO CONCEITO DA EXPRESSÃO "CONTRATO ADMINISTRATIVO"

Contrato administrativo é o ajuste formal precedido de licitação ou de processo de contratação direta, destinado à criação, modificação ou extinção de direitos, celebrado pelo Estado (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios), por intermédio de qualquer dos poderes, ou de entidades da administração indireta, no exercício da função administrativa, que objetiva a satisfação de uma necessidade pública ou de um interesse público, predominantemente submetido ao regime jurídico administrativo, em razão do qual se atribuem ao poder público certas prerrogativas públicas exorbitantes.

Para o prestigiado jurista brasileiro **Celso Antônio Bandeira de Mello** (*Curso de Direito Administrativo*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pág. 634) o contrato administrativo pode ser definido como sendo:

"um tipo de avença travada entre a Administração Pública e terceiros, na qual, por força de lei, de cláusulas pactuadas ou do tipo de objeto, a permanência do vínculo e as condições preestabelecidas assujeitam-se a cambiáveis imposições de interesse público, ressalvados os interesses patrimoniais do contratante privado".

Nas palavras do professor **Rafael Carvalho Rezende Oliveira** (*Licitações e contratos administrativos – 4ª. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, pág. 205*) sobre os contratos administrativos:

São os ajustes celebrados entre a Administração Pública e o particular, regidos predominantemente pelo direito público, para execução de atividades de interesse público. É natural, aqui, a presença das cláusulas exorbitantes (art. 58 da Lei 8.666/1993) que conferem superioridade à Administração em detrimento do particular. Independentemente de previsão contratual, as cláusulas exorbitantes serão observadas nos contratos administrativos, pois a sua aplicação decorre diretamente da Lei. As características básicas dos contratos administrativos são: (i) desequilíbrio contratual em favor da Administração, tendo em vista a presença das cláusulas exorbitantes ("verticalidade");² e (ii) regime predominantemente de direito público, aplicando-se, supletivamente, as normas de direito

B.M.



042

privado. Ex.: contratos de concessão de serviço público, de obras públicas, de concessão de uso de bem público, etc.

Assim, conceitua-se contrato administrativo como o ajuste firmado entre a Administração Pública e um particular, regulado basicamente pelo regime de direito público, e tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público.

2.4. DA MINUTA DO CONTRATO

Especificamente quanto à **Minuta do Contrato**, registre-se que ela não traz cláusulas restritivas da competição e contempla:

- a) Do Objeto (Cláusula Primeira).
- b) Do Fornecimento (Cláusula Segunda).
- c) Do Preço (Cláusula Terceira).
- d) Da Forma de Pagamento (Cláusula Quarta).
- e) Dos Recursos Orçamentários (Cláusula Quinta).
- f) Da Vigência (Cláusula Sexta).
- g) Documentos a serem apresentados pela Contratada (Cláusula Sétima).
- h) Das Obrigações das Partes (Cláusula Oitava).
- i) Dos Aditamentos (Cláusula Nona).
- j) Da Rescisão Contratual (Cláusula Décima).
- k) Das Penalidades (Cláusula Décima Primeira).
- l) Das Disposições Finais (Cláusula Décima Segunda).

Analisando o texto da Minuta do Contrato, sobre o ângulo jurídico-formal nota-se que o mesmo guarda relação com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da

B.M.



043
8

espécie, em especial a Lei nº 8.666/93. Não existem na Minuta do Contrato cláusulas ilegais, irregulares ou abusivas que maculem o referido pacto. Observa-se ainda que a fase interna foi devidamente cumprida, estando a Minuta do Contrato em conformidade com as exigências da legislação pertinente; razão pela qual é juridicamente viável prosseguir à fase seguinte.

Em atendimento à sua solicitação, informo ser **juridicamente possível** a contratação de empresa para fornecimento de 800 (oitocentos) galões Água Mineral, garrações de 20 (vinte) litros e de 11 (onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), de forma parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, no valor de **R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais)**, sendo que na hipótese de dispensa de licitação o valor máximo é de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Nesse ponto cumpre registrar que com o advento do **Decreto nº 9.412**, de 18 de junho de 2018, os estabelecidos limites do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 foram ampliados. Dessa forma para contratar sem licitação, o valor da compra ou do serviço deve ser de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

3. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto acima:

- a) Tendo em vista o valor estimado da contratação supra tratar-se de **hipótese de dispensa de licitação**, nos termos, do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, **opino pela legalidade da contratação direta**. De qualquer modo, a contratação direta deverá sempre respeitar o procedimento especial previsto na própria lei de licitações, em seu art. 26.
- b) Em relação à Minuta do Contrato, **opino pela aprovação da Minuta**. Envio o processo à origem para as providências decorrentes, ressaltando quanto à

BH



044

análise da obrigatoriedade da publicação do Contrato nos termos das Leis que rege a matéria.

É como me parece. Salvo melhor juízo. Submeto à consideração superior.

Colatina (ES), 09 de janeiro de 2020.


BRUNO VELLO RAMOS
Procurador Jurídico

OAB/ES 21.092 – Matrícula nº 593



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

045

DISPENSA DE LICITAÇÃO


PROCESSO JUSTIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2020

PROTOCOLO N. 603/2019

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E DE BOTIJAS DE GÁS RESIDENCIAL COMUM P13 (GLP), PARA CONSUMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Reconheço a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a contratação de serviço especializado com “**DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA**”, CNPJ Nº 25.433.179/0001-00, para fornecimento de Água Mineral, em garrações de 20 Litros; e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), **de forma parcelada**, para a Câmara Municipal de Colatina, Estado do Espírito Santo, no Exercício Financeiro de 2020, tendo em vista que o valor total da contratação é R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais) e está estimado dentro do limite de gasto para dispensa de licitação, na forma do art. 24, II c/c com o art. 23, II, “a”, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme constante do presente processo, orçamentos e parecer da Procuradoria Jurídica que opinou favorável pela contratação direta.

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020.


ELIESIO BRAZ BOLZANI
Ordenador de despesas



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

26

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 603/2019

Contratante: Câmara Municipal de Colatina/ES

Contratada: DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, em garrações de 20 Litros; e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), de forma parcelada, para a Câmara Municipal de Colatina.

Fundamento legal: art. 24, II, c/c 23, II "a", da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parecer jurídico: Opina pela legalidade da contratação direta, por dispensa de licitação, devido o valor.

Valor: R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais), conforme orçamento informal, estimado dentro da hipótese de dispensa de licitação.

Ordenador de despesas: Eliesio Braz Bolzani

Ato de reconhecimento de dispensa de licitação: ordenador de despesas

048

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA.

CNPJ: 25.433.179/0001-00

NIRE: 32.2.0187211-7

1ª. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, residente na Av. Silvio Avidos, nº. 2.913, Aptº. 203, Bairro Santo Antonio, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-053, natural de Colatina/ES, nascida em 07/05/1964, filha de Delmitice Silveira da Costa e Zélia Chiarelli da Costa, portadora da Carteira de Identidade nº. 705.386, emitida em 29/07/1982 pela SSP/ES, inscrita no CPF sob o nº. 778.823.267-04 e **NATÁLIA COSTA SYLVESTRE**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliado na Avenida Silvio Avidos, nº. 2923, Bairro Santo Antonio, Colatina/ ES., cep nº. 29.704-053, natural de Colatina/ES, nascida em 25/12/1990, filha de Edmilson Sylvestre e Maria Leia Costa Sylvestre, portadora da Carteira de Identidade nº. 3.081.184/ES, expedida em 24/09/2007 pela SSP, inscrita no CPF sob o nº. 128.238.557-77, únicos sócios da sociedade limitada sob a denominação social de **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA**, com sede estabelecida na Avenida Fioravante Rossi, nº.4795, Bairro Honório Fraga, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-423, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.433.179/0001-00, com contrato social arquivado na JUCEES sob o nº. 32.2.0187211-7, por despacho de 09/08/2016, têm entre si justo e contratado formalizar a presente alteração social, para fins e nas formas das condições seguintes:

I – ADMISSÃO DE SÓCIO: Neste ato, é admitido na Sociedade **DEIVID JOSE MARINO COSMA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Avenida Silvio Avidos, nº. 2923, Bairro Santo Antonio, Colatina/ ES., cep nº. 29.704-053, natural de Colatina/ES, nascido em 07/08/1990, filho de Wladimir Roberto Cosma e Marli de Fatima Marino Cosma, portador da Carteira de Identidade nº. 1.852.078/ES, expedida pela SSP, inscrito no CPF sob o nº. 128.968.397-20.

II – CESSÃO DE QUOTAS: A sócia **NATÁLIA COSTA SYLVESTRE**, possuindo 5.000 (cinco mil) quotas de capital, sai da sociedade cedendo e transferindo neste ato a totalidade de suas quotas, para o sócio **DEIVID JOSE MARINO COSMA**, por valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pagas neste ato em moeda corrente do País. Com a cessão de quotas, o capital social no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ficará assim distribuído:

Natália Costa Sylvestre

Deivid Marino Cosma

MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 04/04/2018

Arquivamento de 02/04/2018 Protocolo 187834598 de 02/04/2018

Nome da empresa DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS COLATINA LTDA EPP NIRE 32201872117

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 11336232682249

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2018

por Paulo Cesar de F. Costa - Secretário Geral

04/04/2018

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

| Sócios | Capital Anterior (R\$) | Cessão/Aquisição (R\$) | Capital Atual (R\$) |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|---------------------|
| DEIVID JOSE MARINO COSMA | - | 5.000,00 | 5.000,00 |
| NATÁLIA COSTA SYLVESTRE | 5.000,00 | (5.000,00) | - |
| MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE | 45.000,00 | - | 45.000,00 |
| Total | 50.000,00 | - | 50.000,00 |

III – Face as alterações ocorridas, resolvem os sócios consolidar o seu Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO

A Sociedade girará com a denominação social de **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE E FILIAIS

A Sociedade tem sua sede estabelecida na Avenida Fioravante Rossi, nº.4795, Bairro Honório Fraga, Colatina/ES, CEP nº. 29.704-423.

Parágrafo Único:

A Sociedade poderá estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais vigentes, que girarão com o capital da Matriz e terão nesta contabilidade centralizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem como objetivo as atividades correspondentes aos seguintes CNAES:

CNAE: 4784-9/00 - comércio varejista de gás liquefeito de petróleo-GLP;

CNAE: 4723-7/00 – comércio varejista de bebidas – água mineral e bebidas em geral.

CNAE: 4757-1/00 – comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação – fogões e instalações de centrais de gás; e,

Natália Costa Sylvestre
Deivid Marino Cosma

049
88

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL E QUOTAS SOCIAIS

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, na proporção e na forma abaixo:

| Sócios | Quotas | R\$ | % |
|-------------------------------|--------|-----------|--------|
| MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE | 45.000 | 45.000,00 | 90,00 |
| DEIVID JOSE MARINO COSMA | 5.000 | 5.000,00 | 05,00 |
| Total | 50.000 | 50.000,00 | 100,00 |

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo:

As quotas são indivisíveis em relação a sociedade.

Parágrafo Terceiro:

As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo com autorização escrita por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA - ADMINISTRAÇÃO

A administração e o uso da denominação social, competirá, a sócia MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE, que terá isoladamente amplos poderes para gerir e administrar a Sociedade, representá-la perante terceiros, bem como praticar todos os atos relacionados com o objeto da Sociedade.

Parágrafo Único:

A administradora, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentará o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios.

Natália Costa Sylvestre
Diretora Marinho Cosma

MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTRE

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios que prestarem serviços à Sociedade poderão fazer jus a uma remuneração mensal, a título de "pro-labore", de forma individual, proporcional aos serviços prestados, que será fixada por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA OITAVA – CONSELHO FISCAL

A sociedade poderá instituir Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto de três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião ou assembléia de sócios.

CLÁUSULA NONA- REUNIÕES, ASSEMBLÉIAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião quando o número de sócios for até 10 (dez) e em assembléia quando o número de sócios for superior a 10 (dez), nos termos dos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Parágrafo Primeiro:

Além de outras matérias indicadas em Lei ou no Contrato Social, os sócios devem deliberar sobre: I – aprovar as contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social; II – designar administradores em ato separado do presente contrato social; III – destituição de administradores; IV – fixar a remuneração dos administradores; V – modificação do contrato social; VI – incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação; VII – nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; VIII – pedido de concordata; IX – eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal; X – outros assuntos de interesse social.

Parágrafo Segundo:

As decisões dos sócios tomadas em reunião ou em assembléia, inseridas no parágrafo primeiro desta cláusula, deverão observar o quorum seguinte: I – nos incisos V e VI, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social; II – nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social; III – nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em Lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

Parágrafo Terceiro:

A convocação dos sócios para reunião ou assembléia, serão feitas por carta, aviso, ou pela imprensa, com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores, de

Natália Costa Sylvestre
Rosa Maria Costa
MARIA LÉIA DA COSTA Sylvestre

4



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 04/04/2018

Arquivamento de 02/04/2018 Protocolo 187834598 de 02/04/2018

Nome da empresa DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS COLATINA LTDA EPP NIRE 32201872117

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 11336232682249

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2018

04/04/2018

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

sócio e do conselho fiscal, se houver, sendo: I – a convocação poderá ser dispensada com a presença de todos os sócios à reunião ou assembléia, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia; II – a reunião ou assembléia instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em Segunda, com qualquer número; III – o sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados; IV – a reunião ou assembléia será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes.

Parágrafo Quarto:

A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião ou assembléia que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. I – entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reunião ou assembléia; II – ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião ou assembléia específica, nos termos do parágrafo 3º desta cláusula, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião ou assembléia; III – deliberando a reunião ou assembléia pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão.

Parágrafo Quinto:

A reunião ou assembléia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seja objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando obrigatoriamente, será levantado o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e, demais demonstrações que se fizerem necessárias, que serão apreciadas em reunião ou assembléia de sócios, conforme estabelecido no Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Os lucros ou prejuízos apurados, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os cotistas indicarem.

Natália Costa Sylvestre
Dionísio Manoel Costa
MARIA LEIA DA COSTA SYLVESTR

5



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 04/04/2018

Arquivamento de 02/04/2018 Protocolo 187834598 de 02/04/2018

Nome da empresa DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS COLATINA LTDA EPP NIRE 32201872117

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 11336232682249

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2018

04/04/2018

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

Parágrafo Primeiro:

Havendo distribuição de lucros sob qualquer forma ou absorção de prejuízos, serão, na proporção da participação de cada sócio no capital social.

Parágrafo Segundo:

Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizaram, os sócios, se obrigam, a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de dez dias contados do encerramento do exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – CONTINUIDADE E HAVERES

Em caso de falecimento de sócio, este será representado na sociedade, para todos os efeitos legais, pelo inventariante até a partilha; nas hipóteses de ausência ou interdição, pelo seu representante habilitado.

Parágrafo Único:

Caso os herdeiros do sócio que falecer não continuarem na sociedade, por vontade própria ou por deliberação dos outros sócios, os haveres do "de cujus" que por ventura lhes couber serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado as cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – CESSÃO DE QUOTAS E O DIREITO DE PREFERÊNCIA

As quotas da Sociedade não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresse consentimento da Sociedade.

Parágrafo Primeiro:

O sócio que desejar alienar suas cotas, deverá primeiramente oferecê-las aos demais cotistas, por oferta de boa fé, contendo preço, termos e condições de pagamento, para que no prazo de 60 (sessenta) dias exercitem o direito de preferência à aquisição, os quais em igualdade de condições terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção das cotas de capital que possuem.

Parágrafo Segundo:

Não exercitando o direito nesse prazo, ficará o cotista ofertante liberado para alienar a terceiros as cotas oferecidas, dentro de trinta dias subsequentes, nunca porém por preço inferior ou a condições mais vantajosas que as da oferta.

Natália Costa Sylvestre
Assinatura
MARIA LÉIA DA COSTA SYLVESTR

6



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o Registro em 04/04/2018

Arquivamento de 02/04/2018 Protocolo 187834598 de 02/04/2018

Nome da empresa DISTRIBUIDORA DE AGUA E GÁS COLATINA LTDA EPP NIRE 32201872117

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucees.es.gov.br/tax.juntaes/telavalidadocs.aspx>

Chancela 11336232682249

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/04/2018

04/04/2018

053

DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos etc., relativos aos atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único:

A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é de exclusiva responsabilidade dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DESIMPEDIMENTO

Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - OMISSÕES OU DÚVIDAS

A Sociedade rege-se por este contrato e pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e nas omissões ou dúvidas, como regência supletiva, pela Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976 e demais disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Colatina, Estado do Espírito Santo, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas que possam surgir em decorrência do presente Contrato Social.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em uma única via.

Colatina/ES, 20 de Março de 2018.

MARIA LEIA DA COSTA SYLVESTRE
MARIA LEIA DA COSTA SYLVESTRE

NATÁLIA COSTA SYLVESTRE
NATÁLIA COSTA SYLVESTRE

DEIVID JOSE MARINO COSMA
DEIVID JOSE MARINO COSMA

054

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARIA LEIA COSTA SYLVESTRE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
705386 SPTC ES

CPF
778.823.267-04

DATA NASCIMENTO
07/05/1964

RELACÃO
DELMITICE SILVEIRA DA
COSTA
ZELIA CHIARELLI DA
COSTA

PERMISSÃO
A

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03257384921

VALIDADE
11/04/2019

1ª HABILITAÇÃO
22/07/1986

OBSERVAÇÕES
A

Maria Leia Costa Sylvestre
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
Vitoria-Espirito Santo

DATA EMISSÃO
14/04/2014

Carlos Augusto Lopes
Diretor Geral - DETRANES
ASSINATURA DO EMISSOR

10453818522
ES334746574

DETRAN - ES (ESPIRITO SANTO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
960708917

PRECIBIO PLASTIFICAR
960708917

CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
CONFERE COM O ORIGINAL

09 / 04 / 20

Cristiane Salume Marino
Assistente Operacional
Matr.: 00461



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODOS
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1752335402

NOME
DEIVID JOSE MARINO COSMA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1852078 SSP ES

CPF DATA NASCIMENTO
128.968.397-20 07/08/1990

FILIAÇÃO
WLADEMIR ROBERTO COSMA

MARLI DE FATIMA MARINO COSMA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
04576832414

VALIDADE
24/09/2023

1ª HABILITAÇÃO
17/02/2009



OBSERVAÇÕES
EAR

 AMARA MUNICIPAL DE COLATINA
 CONFERE COM O ORIGINAL
09/03/20
Cristiane Salume Marino
 Assistente Operacional
 Matr.: 00461

Deivid Marino Cosma
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
VITORIA, ES

DATA EMISSÃO
05/11/2018

Romeu Scheibe Neto
 Diretor Geral - Detran ES
 ASSINATURA DO EMISSOR

51203562279
 ES352843438

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1752335402

ESPÍRITO SANTO



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

CONTRATO Nº 007/2020

CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA E A EMPRESA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA, PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL (20 LITROS) E BOTIJA DE GÁS P13.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.314.251/0001-05, com sede na Rua Professor Arnaldo de Vasconcelos Costa, nº. 32, Centro, Colatina-ES, neste ato representado por seu Presidente, **Vereador Eliesio Braz Bolzani**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 997.695.227-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **Empresa DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA**, com sede na Av. Fioravante Rossi, nº. 4795, Bairro Honório Fraga, Colatina/ES, CEP.: 29704-423, inscrito no CNPJ sob o nº. 25.433.179/0001-00, neste ato representada pela sócia/administradora, a senhora Maria Leia Costa Sylvestre, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade Nº 705.386 (SSP/ES) e CPF Nº 778.823.267-04 - doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem na forma da proposta apresentada firmar o presente contrato decorrente do Processo Administrativo Nº 603/2019, que reger-se-á na forma das seguintes Cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecer 800 galões de água mineral natural (20 litros) e 11 (onze) botijas de gás P13, **com entrega parcelada**, para atender a **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 2020, conforme especificações contidas no **ANEXO I** deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1 – O fornecimento dos serviços se fará diretamente nas dependências da **CONTRATADA**, mediante requisição de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

| Item | Qtd | Unid | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
|-------------|-----|--------|--|----------------|--------------|
| 01 | 800 | GL | Água mineral natural, acondicionada em garrafão de 20 litros | R\$ 6,90 | R\$ 5.520,00 |
| 02 | 11 | Botija | Gás P13 | R\$62,00 | R\$ 682,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$6.202,00 |

3.1. Nos preços já estão incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento, inclusive os impostos.



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

05/12

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento dar-se-á até o dia 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente, com a apresentação da Nota Fiscal pela Contratada, acompanhada pelas certidões negativas municipal, estadual e federal; e FGTS;

4.2 – O pagamento será efetuado mensalmente em cheque nominal à CONTRATADA no prazo do vencimento acima descrito, ficando desobrigado a CONTRATANTE do referido prazo se a contratada não apresentar as referidas notas fiscais em tempo hábil para o referido pagamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos orçamentários constantes do Orçamento da Câmara Municipal de Colatina, para o exercício de 2020 - **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 0101.0103100292.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA – 33.90.30.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**

2

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente contrato vigorará de **13 de janeiro até 31 de dezembro de 2020.**

6.2 – O prazo de início da entrega dos bens é a partir do segundo dia da formalização da contratação, em remessa parcelada, na sede do Poder Legislativo Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA CONTRATADA.

7.1 – Cópia da cédula de identidade e CPF;

7.2 - Contrato social vigente devidamente registrado;

7.3 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.4 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.5 – Certidões negativas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

7.6 – Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND;

7.7 – Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados em cópia autenticada em cartório;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

058

8.1.1 – Solicitar, pelo telefone, quando necessário, a água e o gás.

8.1.2- Alocar recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição dos serviços pagando a CONTRATADA conforme condições estabelecidas neste contrato;

8.1.3 - Designar um servidor responsável para acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.1.4 - Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, objeto deste contrato;

8.2 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 - Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas na habilitação, quais sejam: em dia com os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, de acidente de trabalho, fiscais e dos tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre a execução do CONTRATO;

8.2.2 - Prestar os serviços nas condições e preços contratados e imediatamente quando requisitado pela CONTRATANTE;

8.2.3 - Apresentar os documentos de cobrança, inclusive, Notas Fiscais apontadas pela Câmara Municipal de Colatina quanto à execução dos serviços.

3

9. CLÁUSULA NONA - DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos em Lei, sempre através de termos aditivos, nos casos permitidos na Lei nº. 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A inexecução do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

10.2 - Constituem motivo para a rescisão:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- c) A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) A sub-contratação total ou parcial dos objetos, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução;
- f) A decretação de falência;
- g) A dissolução da sociedade;
- h) A alteração social ou modificação da finalidade da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que se refere este contrato;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

059

- j) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheque sem suficiente provisão, que caracterizam estado de insolvência da CONTRATADA;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias de pagamento devidos pela administração decorrentes dos bens já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido pelas ocorrências das demais situações previstas na Lei nº. 8.666, de 21-06-1993.

10.4 - A decisão da Autoridade Administrativa deverá ser precedida de justificativa fundamentada, bem como a notificação da CONTRATADA, oferecendo prazo compatível para regularização e reparação da irregularidade se for o caso;

10.5 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "I" do item 10.2 do presente;

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- b) Judicial.

4

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - Durante a execução do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), no caso de descumprimento do contrato;
- c) Suspensão para contratar com a administração;
- d) Declaração de idoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;
- e) Rescisão contratual.

11.2 - Antes de aplicar qualquer das penalidades a CONTRATADA será notificada, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - A multa prevista na alínea "b", item 11.1 será incidente sobre o valor integral da fatura mensal apresentada, sem prejuízos das demais penalidades previstas neste contrato.

11.4 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, as pessoas empresariais que em razão da Lei 8.666/93:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b) Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar o presente contrato;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E-mail: pregao@camaracolatina.es.gov.br
COLATINA-ES

CEP.: 29.700-220

TELFAX: 27.3722-3444



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

000

12.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Colatina-ES, para dirimir as questões relativamente ao presente contrato que não possam ser resolvidas por meios administrativos.

12.2 - E por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Colatina- ES, 09 de janeiro de 2020.

ELIESIO BRAZ BOLZANI
CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA
CONTRATANTE

MARIA LEIA DA COSTA SYLVESTRE
DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA
CONTRATADA

5



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto desta licitação é Contratação de empresa para fornecimento de galões de Água Mineral e de botijas de gás residencial comum P13 (GLP), com entrega parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

O contrato com a empresa que presta o serviço de fornecimento de água mineral e gás residencial para a Câmara Municipal de Colatina acabará no dia 31 de dezembro de 2019. Assim sendo, será necessário fazer uma nova contratação. Uma vez que estes itens são essenciais para a manutenção do bom funcionamento da Câmara Municipal de Colatina.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. A Contratada deverá fornecer:

| ITEM | QTD | DESCRIÇÃO |
|------|------------|--|
| 01 | 800 galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. |
| 02 | 11 botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. |

3.2. Os garrações deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;

III – apresentar rótulo padrão da água que deverá conter o nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constante físico-químicas, volume do conteúdo de indicação do mês, ano de envasamento e do prazo de validade;

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.3. Os botijões deverão:

I – possuir lacre de segurança, sem indício de violação;

II – apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ou outros tipos de deformações;

III – apresentar rótulo padrão do gás que deverá conter as informações sobre a empresa fonte, ano de envasamento e do prazo de validade;



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

062

IV – indicarem o prazo de validade superior a 40 (quarenta) dias, contados da data de efetuação da entrega na Câmara Municipal de Colatina.

3.4. A entrega dos itens será parcelada, ao longo do ano de 2020, conforme houver a necessidade. As entregas deverão ser feitas no prazo de até 4 (quatro) horas, após solicitação feita via telefone. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e assinatura do responsável pelo recebimento.

3.5. Os pedidos de água e gás poderão começar a ser feitos a partir de 13 de janeiro de 2020 e deverão ser entregues na sede do Poder Legislativo Municipal.

3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

7

4. DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será 13 de janeiro 2020 a 31 de dezembro de 2020.

5. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A gestão do contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas por servidores da Câmara Municipal de Colatina, que serão designados por Ato Administrativo Interno.

6. PAGAMENTO

6.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será recebido e atestado pelo Fiscal do Contrato designado para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta contratação.

6.2. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem emendas ou rasuras, atestadas por servidor responsável, acompanhada das certidões de débitos municipal, estadual e federal, além da junto ao FGTS.

6.3. No preço ofertado na proposta da contratada já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxa de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

Handwritten signature and initials.

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 248918

Câmara Municipal de Colatina

Estado do Espírito Santo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: GUEDES INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva para a rede de computadores da Câmara Municipal de Colatina, abrangendo servidor, computadores, netbooks, notebooks, impressoras, estabilizadores e no-break, visando o funcionamento dos equipamentos tanto na parte de Hardware como na de Software, promovendo a manutenção e instalação de programas e configurações, por visita, durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

VALOR POR VISITA: 84,00 (oitenta e quatro reais)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 33.90.40.00000 – Serviço Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II C/C 23, I, "A", Lei 8.666/93 e parecer jurídico

AUTORIDADE: Presidente Eliesio Braz Bolzani

DATA DISPENSA LICITAÇÃO: 09 de Janeiro de 2020.

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 008/2020

Publicação Nº 248920

Câmara Municipal de Colatina

Estado do Espírito Santo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: TAILAN CRISTO FERRARI 12731929740

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva no sistema informatizado de sonorização, operação do sistema de projeção multimídia e gravação das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas e de interesse do Poder Legislativo durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR MENSAL: R\$ 1.180,00 (mil, cento e oitenta reais).

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 12.980,00 (doze mil, novecentos e oitenta reais).

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.00000 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II C/C 23, I, "A", Lei 8.666/93 e parecer jurídico

AUTORIDADE: Presidente Eliesio Braz Bolzani

DATA DISPENSA LICITAÇÃO: 09 de Janeiro de 2020.

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 009/2020

Publicação Nº 248924

Câmara Municipal de Colatina

Estado do Espírito Santo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 800 galões de Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, em garrafas de 20 Litros; e de 11 (onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), com entrega parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020.

VALOR DOS PRODUTOS: água - R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) o galão e gás - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) a botija.
VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais).
DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.00000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II C/C 23, I, "A", Lei 8.666/93 e parecer jurídico
AUTORIDADE: Presidente Eliesio Braz Bolzani
DATA DISPENSA LICITAÇÃO: 09 de Janeiro de 2020.

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 010/2020

Publicação Nº 248899

Câmara Municipal de Colatina

Estado do Espírito Santo

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: VIX ELEVADORES LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para a manutenção preventiva e corretiva de
1 (um) elevador, marca OTIS, com 01 (uma) parada, com fornecimento de materiais, para exercício financeiro de 2020.

VALOR MENSAL: R\$ 1.000,00 (mil reais).

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.00000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II C/C 23, I, "A", Lei 8.666/93 e parecer jurídico

AUTORIDADE: Presidente Eliesio Braz Bolzani

DATA DISPENSA LICITAÇÃO: 10 de Janeiro de 2020.

RESUMO CONTRATO Nº 002/2020

Publicação Nº 248929

Câmara Municipal de Colatina

RESUMO DO CONTRATO Nº 002/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: LEONARDO LUIZ DE SOUZA 11094496740

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópias/xerox em papel A4 em preto e branco, cópia (xerox) 0,90x0,60cm, cópias/xerox em papel A4 colorido, encadernação, impressão de diplomas e/ou certificados, impressão colorida de convites para atender a Câmara Municipal de Colatina, no exercício financeiro de 2020.

VIGÊNCIA: da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2019.

VALORES: Cópias/xerox A4 preto e branco - R\$ 0,20 (vinte centavos) a unidade, Cópias/xerox A4 colorido - R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos) a unidade, encadernação - R\$ 3,00 (três reais) a unidade, cópia (xerox) 0,90x0,60cm - R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), impressão de diplomas e/ou certificados - R\$ 4,00 (quatro reais), impressão colorida de convites - R\$ 2,00 (dois reais) e impressão colorida em papel A4 - R\$ 1,70 (um real e setenta centavos).

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 4.547,50 (quatro mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Colatina, 08 de janeiro de 2020.

Eliesio Braz Bolzani

Presidente da Câmara Municipal de Colatina

VALOR VISITA: R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais).

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: de 13 de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020

Eliesio Braz Bolzani

Presidente da Câmara Municipal de Colatina

RESUMO CONTRATO Nº 006/2020

Publicação Nº 248939

Câmara Municipal de Colatina

RESUMO DO CONTRATO Nº 006/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: TAILAN CRISTO FERRARI 12731929740

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva no sistema informatizado de sonorização, operação do sistema de projeção multimídia e gravação das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas e de interesse do Poder Legislativo durante o exercício financeiro de 2020.

VALOR MENSAL: R\$ 1.180,00 (mil, cento e oitenta reais).

VALOR TOTAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020: R\$ 12.980,00 (doze mil, novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: de 1º fevereiro de 2020 até 31 de dezembro de 2019.

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020

Eliesio Braz Bolzani

Presidente da Câmara Municipal de Colatina

RESUMO CONTRATO Nº 007/2020

Publicação Nº 248937

Câmara Municipal de Colatina

RESUMO DO CONTRATO Nº 007/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: Distribuidora de Água e Gás Colatina LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 800 galões de Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, em garrações de 20 Litros; e de 11 (onze) botijas de gás residencial comum P13 (GLP), com entrega parcelada, para consumo da Câmara Municipal de Colatina, durante o exercício de 2020.

VIGÊNCIA: de 13 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

VALOR DOS PRODUTOS: água (galão) - R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos) e o gás - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) a botija.

VALOR TOTAL: R\$ 6.202,00 (seis mil, duzentos e dois reais).

Colatina-ES, 09 de janeiro de 2020

Eliesio Braz Bolzani

Presidente da Câmara Municipal de Colatina



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

Colatina, 10 de janeiro de 2020


A

Chefe de Serviços de Licitação e Contratos

Processo Nº 603/2019

Prezada Senhora,

Depois de adotadas as medidas legais estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, firmo o objeto deste processo, que deverá ser remetido ao Setor de Contabilidade para que o mesmo seja devidamente empenhado e pago.


LUCIANE CRISTINA GABOARDI FLEISCHMANN
Diretor Geral



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

067

ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO

PROCESSO Nº 603/2019


CONTRATANTE: Câmara Municipal de Colatina

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA

Autorizo a Empresa **DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS COLATINA LTDA** a iniciar, a partir do dia 13 de janeiro de 2020, o fornecimento dos seguintes itens à Câmara Municipal de Colatina, conforme solicitações a serem feitas:

| Item | Qtd. | Uni. | Descrição | V.Unit. | Total |
|-------|------|---------|--|-----------|--------------|
| 01 | 800 | galões | Água Mineral, obtida de fontes naturais ou artificialmente captada de origem subterrânea caracterizada pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composto iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, acondicionada em garrações de 20 Litros, fabricados em polipropileno ou similar, transparente, retornável, devidamente higienizados, com lacre de segurança na tampa e invólucro. | R\$ 6,90 | R\$ 5.520,00 |
| 02 | 11 | botijas | Gás residencial comum P13 (GLP), liquefeito de petróleo, botijão de 13 kg, com troca de vasilhames. | R\$ 62,00 | R\$ 682,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 6.202,00 |

Colatina-ES, 10 de Janeiro de 2020.


Luciane Cristina Gaboardi Fleischmann
Diretor Geral da Câmara Municipal de Colatina